



SENADO FEDERAL
Gabinete do senador JAYME CAMPOS

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 186, de 2019)



SF/21113.19314-83

Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao art. 3º do Substitutivo do Senador Marcio Bittar à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019:

“Art. 3º

.....”

§ 6º Decorridos até noventa dias do pagamento da última parcela do auxílio emergencial de que trata este artigo, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional proposta de expansão da rede de proteção social do País, com ênfase na primeira infância.

§ 7º A proposta de que trata o § 6º poderá compreender a ampliação do Programa Bolsa Família, ou outro que vier a sucedê-lo, a instituição do Benefício Universal Infantil, como garantia mínima de renda, ou ainda uma Lei de Responsabilidade Social, com parâmetros e metas objetivos para a redução da pobreza e elevação dos níveis de bem-estar.”

JUSTIFICAÇÃO

O auxílio emergencial é necessário e indispensável, em vista da grave crise humanitária, social e econômica que atravessamos. Não obstante, é preciso olhar além, e desde já traçar um cenário em que políticas sociais consistentes amparem nossos cidadãos depois que a pandemia passar, especialmente as crianças. A presente emenda inclui dispositivo prevendo que, após o término do auxílio emergencial, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional proposta que expanda a rede de proteção social no País, com foco na primeira infância.

A proposta a ser encaminhada pelo Executivo pode envolver a ampliação do Bolsa Família, a instituição do Benefício Universal Infantil ou até mesmo a edição de uma Lei de Responsabilidade Social, com metas de redução de pobreza. O fundamental aqui é atrelar a PEC Emergencial ao apontamento de uma alternativa concreta para o pós-auxílio emergencial, de forma a alargar a rede de proteção social no País.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



SF/21113.19314-83